


Costa Gomes		<p style="text-align: right;">2001</p> <p><i>Aquilo que contribuiu mais para corroer o PSD e o governo Cavaco foi uma campanha montada pelo jornalista Paulo Portas (Álvaro Barreto, novamente ministro em 2004, ao lado de Paulo Portas, em entrevista à revista Focus)</i></p> <p><i>No fim do século XVIII e princípios do século XIX é que Portugal começou a tornar-se uma nação de simples imitadores, adoptando instituições e estilos de vida de outros povos, com uma passividade que chegaria a extremos ridículos... Em vez de assimiladas, as sugestões vindas da Nova Europa – cabonífica, industrial e burguesa – foram quase de repente adoptadas por um Portugal desvirilizado e pelo extremo domínio dos Jesuítas e da Inquisição sobre sua vida intelectual, moral e política (Gilberto Freyre)</i></p>
<p>Sampaio reeleito, queda da ponte de Entre-os-Rios e atentado contra as Twin Towers</p>		

● **A desistência de Guterres** – António Guterres, no fim do ano, desiste das *ciclópicas tarefas* de *pilotar o futuro* dos portugueses, numa atitude paralela à que levou a outros inesperados abandonos, como os de Mota Pinto ou de Cavaco Silva. Porque um chefe de governo que acumula a liderança do principal partido parlamentar é, sem dúvida, a pessoa melhor informada do país e como, inequivocamente, tem boa formação patriótica, competência técnica e geniais dotes de inteligência e de afecto, aliados a insuspeita honradez, apenas os que atingem esse nível podem chegar a tão soberanas decisões, ornadas com os segredos do Estado sobre as eventuais *camorras* intestinas que nos corrompem. Aliás, Guterres soube a reverter a favor de Portugal, e não da sua carreira pessoal, o bom papel desempenhado na presidência da União Europeia, quando atingiu o ponto alto do seu *estado de graça*. E tudo ainda parecia correr num mundo de maravilhas, quando o nosso engenheiro trata por *tu* os Schroeder, Blair e Jospin, numa altura em que toda a Europa parece rendida aos encantos da *terceira via* do socialismo democrático pós-comunista, enfeitado pelo estilo da dupla Clinton/Gore. Sucedeu, entretanto, uma reviravolta psicológica, com a eleição de Bush e o regresso de Berlusconi, ao mesmo tempo que começava a dar frutos o modelo de Aznar, gerando-se novos *ventos da história* que não consagram Mário Soares como inspiradores da nova ordem mundial, principalmente depois do 11 de Setembro. Acresce que, finda a presidência da União Europeia, António Guterres tem que voltar a sujar as mãos nas politiquéirices lusitanas, numa altura em que não tinham sido saradas as feridas do acidente da ponte de Entre-os-Rios, que levaram ao afastamento de Jorge Coelho do governo. Julgamos, aliás, que esta tragédia marcou um ponto de viragem na relação de confiança entre governantes e governados, dado que a voz íntima do povo deixa de ser captada tanto pelos meios de comunicação social como pelos ministros e secretários de Estado. Afinal, talvez os portugueses não estivessem assim tão felizes, sabendo que as baixas da taxa de juro, apenas eram resultado da recessão económica internacional. Aquilo que poderia ser um 2001, com nova odisseia no espaço do *estado de graça* do guterrismo, acaba por ser mero *canto do cisne*, porque, um quarto de hora antes de morrer, o equilíbrio já estava morto. Tinha apodrecido por dentro, sem que Alberto Martins nos reformasse o Estado, antes que José Sócrates nos co-incinerasse ou que a dinâmica ministra Elisa Ferreira nos desse os últimos fundos estruturais. Nem Santos Silva nos culturalizava à esquerda, nem Rui Pena alçava o

periscópio dos novos submarinos do complexo político-militar das grandes compras de armamento. Até porque um qualquer Veiga Simão continuava a educacionarizar-nos e Guterres, pese embora os geométricos artigos de opinião de Guilherme d'Oliveira Martins, não conseguia reflorescer. Vive-se em tempo de desencanto, com um evidente afastamento das pessoas relativamente aos mecanismos institucionais da política partidária e da política parlamentar. Mas, apesar de tudo, Portugal parece ter reservas de energia suficientes para fazer uma revolução individual, através daquela balbúrdia criativa da libertação dos melhores contra um sistema que escondia os ineficientes. De qualquer maneira, o drama dos sistemas políticos é cada vez mais a abstenção e o problema é que não se trata de uma abstenção de desleixo, mas sim de uma abstenção que atinge a classe que devia ser politicamente activa. O maior partido em Portugal é o dos abstencionistas.

• **Eleição presidencial** (14 de Janeiro). Jorge Sampaio é reeleito, com 55,8%, vencendo a candidatura do PSD, Joaquim Ferreira do Amaral² (34,5%). Há 49,1% de abstenções. Também se candidatam António Abreu, do PCP (5,13%), Fernando Rosas, do Bloco de Esquerda (2,98%) e Garcia Pereira, do MRPP (1,59%).



• A campanha eleitoral foi pouco mobilizadora. Sem pensamento nem entusiasmo, num tempo de decadente Estado-Espectáculo e de cacafónica teledemocracia, quase pareceu daqueles documentários a preto e branco que, antigamente, precediam as grandes fitas do cinema sonoro e a cores. Os argumentistas da campanha não lhe souberam imprimir adequado ritmo e os encenadores das várias peças do processo não conseguiram qualquer espécie de dramatismo. Tudo foi demasiadamente previsível, porque tudo antes de o ser já o era. Com ela, talvez se tenha encerrado um certo ciclo da vida política portuguesa, onde a velha esquerda conseguirá a ilusão do pleno, dado que, mais uma vez, terá um governo, uma maioria e um presidente, derrotando, de forma categórica, uma velha direita envergonhada, essa direita que convém à esquerda.

• A velha esquerda consegue a ilusão do pleno, dado que, mais uma vez, tem *um governo, uma maioria e um presidente*, derrotando, de forma categórica, uma velha direita *envergonhada*. A velha direita e a velha esquerda que se defrontam são, aliás, herdeiras daquelas famílias político-culturais que, considerando a luta política como a

continuação da guerra civil por outros meios, persistem em dividir-nos entre Deus e o Diabo, entre um pretense bem e um pretense mal, onde o bem e o mal se confundem naquelas posições antitéticas, típicas do pensamento binário.

• E foi de tal maneira evidente este excesso de confiança da esquerda instalada que até o candidato dos comunistas não desistiu, ousando medir forças com o Bloco de Esquerda e procurando reduzir Fernando Rosas à dimensão de Garcia Pereira. A campanha presidencial revelou que, se não há crise do Estado-aparelho de poder, começa a estar em causa o Estado-comunidade, aquilo que os velhos teóricos da democracia deram o nome de república ou comunidade. A velha esquerda e a velha direita consideravam que a energia da participação política se bipolarizava em exclusivo entre os “apoios” e as “reivindicações”, entre os “aplausos” e as “pateadas”. Não perceberam a emergência do crescente indiferentismo que marca o actual sistema político português, esse estado de espírito que, em vez de conduzir à revolta, pode explodir em apatia. A velha esquerda, representada por Jorge Sampaio está assim condenada a ficar rigorosamente ao centro. Porque o Doutor Cavaco Silva, muito contabilisticamente, não quis. Porque ao Doutor Freitas do Amaral, muito racionalisticamente, o não quiseram. Porque o Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, com muito azar, se foi embora. Porque os outros marechais de direita se soarizaram. Porque os militares políticos que restam, de Eanes a Rocha Viera, foram excluídos à partida. Isto é, a velha esquerda ganha, por falta de comparência daquela velha direita envergonhada. Restou apenas a incógnita de sabermos quem vai liderar o campeonato da

segunda divisão: se o folclore da esquerda revolucionária; se a tradição organizada da esquerda comunista.

●Porque, se o Estado-aparelho de poder pode e deve ser democraticamente disputado pelo “povo de direita” e pelo “povo de esquerda”, desde que se garanta a alternância, já o Estado-Comunidade, pelo contrário, tem que resultar do consenso vivo dos que se sentem para além da direita e da esquerda e que têm mais autoridade do que poder. Quando elegemos directamente um parlamento e indirectamente um primeiro-ministro, eis que, de acordo com as clássicas teses do contrato social, estamos a actualizar o mero *pacto de sujeição* e a instituir o *principado* que nos vai representar e comandar. Mas quando somos chamados a escolher o magistrado representante de todos os portugueses, fazemos algo de mais sublime: tratamos de retomar o *pacto de associação* e procuramos dar figura humana à própria essência da comunidade. E o desafio do século que se inicia tem, sobretudo, a ver com a eventual permanência da própria comunidade dos portugueses, no contexto da globalização e desse sub-capítulo da mesma chamado construção europeia.

●**Queda da Ponte** – Hintze Ribeiro em Entre-os-Rios, morte de cerca de seis dezenas de pessoas (4 de Março). Ministro Jorge Coelho demite-se, para a *culpa não morrer solteira*. Mas, passada a emoção dramática que pôs Castelo de Paiva no interior de cada um dos portugueses; ultrapassada a vergonhosa instrumentalização feita pelo Estado-Espectáculo sobre a mesma questão, depressa voltámos ao “normal-anormal” da decadência. Um estado de espírito unanimemente proclamado pela maioria dos fazedores de opinião, onde se vai reconhecendo o óbvio: que o guterrismo, antes de o deixar de ser, ainda não está morto. Com efeito, a política voltou a ser dos políticos instalados e a opinião publicada a ser presa fácil dos “kingmakers” que manipulam o estado a que chegámos. Não é tempo de raposas nem de pombas, porque voltam a dominar esses répteis feitos moluscos, essas invertebradas criaturas que ocupam os interstícios de um poder que não compreende o belo conceito romano de autoridade. Porque, aqui e agora, o direito se confunde crescentemente como um legalismo

frouxo e hipócrita. E a justiça continua a ser medida pela espada retaliadora da vingança do vencedor. Quase todos os criadores da nossa agenda opinativa, que, há pouco mais de um quarto de século alinhavam pelo diapasão do Maio 68, são, hoje, marcados por uma esquerda tipo “português suave”, tão decadentista quanto a decadência que procuram criticar e a que, impropriamente, chamam “crise”. Por outras palavras, se sentem um enorme tédio face ao “travesti” de esquerda com que o Engenheiro Guterres se recobriu, não parecem também entusiasmar-se com os sinais de aparente mudança assumidos pelos líderes da oposição que vamos tendo. A esquerda, que continua a padecer da monomania iluminista e a ter a pretensão de cavalgar no lado certo da história e que, bem lá no fundo, sente que não tem dúvidas e que nunca se engana, talvez ainda não tenha percebido que ocupa quase todas as alavancas de decisão do “país nominal” e que domina o aparelho de comunicação política que o liga ao “país das realidades”. Neste contexto, a grande vantagem da direita, é o facto de ela ainda não existir. Ou melhor: apenas existe a direita que a agenda virtual da esquerda admite, a direita que convém à esquerda. Por outras palavras, porque os situacionistas continuam a considerar, à maneira de Goebbels, que só existe aquilo que aparece, no horário nobre dos telejornais ou num “talk show” de grande audiência, toda a agenda política é virtual.

●**Terrorismo absolvido** – O tribunal da Boa Hora absolve 65 réus do processo das FP-25 (6 de Abril). Um dos absolvidos é Otelo Saraiva de Carvalho. A sentença sobre os crimes de sangue das FP-25 semeou a confusão. Porque não há ditaduras de esquerda nem ditaduras de direita, há ditadura. Porque não há terrorismos de direita nem terrorismos de esquerda, há terrorismo. Portanto, não têm razão os que, usando de uma linguagem de justificação, querem desculpabilizar os crimes dos companheiros armados de Otelo, invocando o facto de também não terem sido condenados os Pides e os activistas da rede bombista dos anos de 1975 e 1976. Se a esquerda que nos governa alinhar neste discurso, repetimos erros trágicos de certo passado, quando alguns republicanos elevaram a heróis os regicidas de 1908, quando certos outubristas libertaram

o assassino de Sidónio Pais e todos acabámos na *noite sangrenta* de 1922. Isto é, neste país de *brancos costumes*, houve magnicídios de figuras de direita perpetrados por idealistas de esquerda, para que, depois do 28 de Maio de 1926, continuássemos com as mãos sujas de sangue, quando voltaram a ser protegidos outros assassinos, desde os direitistas que fomentaram o outubrismo, aos silêncios que protegeram os assassinos de Humberto Delgado. Não me parece que, no actual regime, os ministros e os deputados tenham as mãos sujas de sangue, como tiveram os republicanos e os estadonovenses. Ai do PS se cair nas teias de certo esquerdismo dissolvente e perder o norte relativamente à sua própria história, marcada por uma coerente defesa do Estado de Direito que nunca pactuou com o crime.

● **Faits divers** – Assembleia da República aprova alargamento do regime das *uniões de facto* a casais homossexuais (15 de Março). António Guterres é reeleito secretário-geral do PS (6 de Maio). Boavista torna-se campeão nacional de futebol (18 de Maio). Morre Francisco da Costa Gomes (31 de Julho)

● António Barreto, o ilustre autor das melhores *farpas* político-culturais dos últimos anos, depois de desancar no actual situacionismo dos seus *compagnons de route* do PS, chegou à conclusão que a oposição ainda era pior. Porque o PP vive entre a tenaz do *integralismo* e do *integralismo*, de um lado, e a do *populismo*, do outro, enquanto o PSD não é social-democrata: de um lado, estão *os liberais* que afinal são *corporativistas* e, do outro, os *conservadores* que fazem parte do beatério *social-cristão*. Por outras palavras, segundo António Barreto, se a esquerda a que chegámos é má, a direita que está disponível ainda é pior, dado que nos ameaça com o fantasma de um salazarismo haiderizado ou com o regresso às garras do capitalismo selvagem revestido de sotainas sacristas.

● **Remodelação** Depois de um longo e doloroso parto, com imensos gritos de revolta, o monte guterrista deu à luz o pequeno rato de um novíssimo governo. Os parceiros de esquerda, comentadores da remodelação, esses que se ilusionaram com o “ir às fuças à direita”, já manifestaram o respectivo desencanto quanto ao “naufrágio do PS”, e raros são os que têm a coragem de

elogiar o sentido da mudança e de dar o benefício da dúvida à nova equipa, como muito corajosamente o fez o Professor Sousa Franco. Com efeito, o Primeiro-Ministro, assolado pelas “vacas magras”, toma a atitude que Marcello Caetano procurava assumir nas vésperas do 25 de Abril de 1974, concretizando uma remodelação muito parecida com a que o Presidente do Ministério da I República, António Maria da Silva, levou a cabo, três meses antes do 28 de Maio de 1926, quando mobilizou para a pasta das finanças o Professor Armando Marques Guedes. Há até algumas semelhanças congregacionistas com o último governo da monarquia, a que presidiu António Teixeira de Sousa, dado que se mantêm as atitudes do José Luciano e do Júlio de Vilhena.

● Mas seria estúpido fazermos um qualquer paralelismo entre o actual regime português e as degradações políticas dos modelos do 4 e do 5 de Outubro de 1910 ou do autoritarismo anterior a 1974. Julgo que vamos assistir a uma experiência inédita na nossa história política e, muito patrioticamente, qualquer português de boa vontade tem que desejar boa sorte aos homens que vão correr o risco de contraditar o vaticínio de Jacques Maritain, para quem os governos mais fracos são precisamente os governos de esquerda com mentalidade de direita. Seria bom para Portugal que o Engenheiro Guterres conseguisse esmagar o fantasma de António Maria da Silva, executando o necessário programa de emergência da “salvação pública”. Não porque tema um qualquer 28 de Maio, mas porque considero, com a lucidez do bom senso, que tanto está mal o situacionismo como o oposicionismo vigentes. Julgo que temos o governo e as oposições que merecemos. Porque os processos de recrutamento da elite política passam por tão enferrujadas canalizações partidárias quanto o são os mecanismos de selecção do mérito nos domínios da chamada sociedade civil. E continuamos na cauda da União Europeia quanto aos índices de desenvolvimento humano, nomeadamente da corrupção, conforme os relatórios da ONU. Se este governo lançar os fantasmas esquerdistas, que o tolheram, para o caixote de lixo da história, e desimpedir a via, ainda há tempo para que, em liberdade responsável, os portugueses que somos possam recuperar a

esperança; e que as forças políticas da oposição também se regenerem, chamando a responsabilidades políticas outros homens de boa vontade. Curiosamente, Guilherme de Oliveira Martins, depois de não ser António Sérgio na pasta da educação e de não repetir António Ferro no Secretariado da Propaganda, é agora chamado a vencer a frustração do respectivo tio-avô na pasta da fazenda, bem como a do avô do respectivo trio-avô, como ministro de D. João VI.

● **Atentado terrorista** contra as torres gémeas, provoca cerca de três mil mortes (11 de Setembro). Nova Iorque, a capital da nossa breve aldeia global, essa cidade feita quase por subscrição mundial, é ferida de morte no postal ilustrado do seu próprio coração. Tudo



acontece num dos últimos dias do primeiro Verão do século XXI, quando um breve fio de linho quase nos faz passar da ficção para a realidade, dos efeitos especiais *hollywoodescos* e dos simuladores de jogo da *Microsoft*, para o eterno mistério da divina dignidade humana, através da exposição pública, e em directo, da íntima banalidade do mal. Eram duas torres gémeas, orgulhosamente feitas com a fragilidade do aço e do cristal, onde se concentravam algumas das principais sedes da geofinança que, muito higienicamente, iam maquinando negócios e especulações que, hora a hora, afectavam a vida de milhões de homens. De um momento para o outro, alguns guerrilheiros suicidas, treinados pelos sucessivos Lawrence da Arábia dos nossos serviços secretos, e armados com canivetes, decidiram não obedecer ao guião do produtor e, invertendo a posição das armas, fazem sair o tiro pela culatra, em nome ódio. Afinal, esta bela ordem mundial, procedente de Yalta, esta paz dos vencedores, imperialmente comandada, que durante meio século nos iludiu, inventou demónios fora de nós mesmos, dizendo que o inferno eram os outros, quando, afinal, eles estão dentro de nós mesmos e não serão exterminados se, muito cientificamente, apenas assassinarmos aqueles que pensamos ser os mandantes do crime. Uns falam no ataque à própria democracia, outros num confronto entre a civilização e a barbárie, numa eterna luta do

mal contra o bem. Muitos tratam de justificar o horror, usando argumentos cobardes, com um pau de dois bicos que recordam Hiroshima e Nagasaki. E alguns outros alibis se vão lançando. Repetem-se anedotas sobre a idiosincrasia de Bush, não se reparando que a presidência norte-americana é, sobretudo, uma instituição, onde, conta mais a pilotagem automática do que a interpretação do actor que a representa. Não faltam sequer os comunistas cunhalistas que retomam os tiques escleróticos de certos discursos da guerra fria. Sei tudo isto, mas não quero lavar as mãos como Pilatos. Prefiro sujá-las no apoio que conscientemente dou às instituições da república norte-americana e aos líderes incontestados do bloco de aliados a que me orgulho de pertencer. Mas não posso deixar de dizer, angustiadamente, que, para além da necessária acção de polícia reprimindo os prevaricadores, importa dar força a um mais eficaz direito internacional. O compreensível e necessário acto de polícia, capaz de lancetar o terrorista, não deveria, aliás, ser qualificado como acto de guerra, dado que este último depende da incerteza quanto ao vencedor, joga na roleta do acaso e na incerteza do jogo de morte. Queria, pois, que a acção de punição fosse duradouramente eficaz, sem necessidade de guerra, que sempre foi o terror institucionalizado e legalizado, assente no esquecimento de muitas outras “twintowers”, onde quem com ferro mata com ferro morre. Prefiro Kant a Rambo. O tal acto punidor que se avizinha, visando eliminar os autores morais e materiais do horror a que todos assistimos, pode ser terapêutico, mas nunca será suficientemente preventivo se não houver coragem para a criação de uma semente de Estado de Direito Universal. Quase apetece sugerir aos norte-americanos, em nome dos princípios da bela constituição que os gerou, para aderirem, imediatamente, aos modelos do tribunal penal internacional. É evidente que o mundo, aqui e agora, não vai vencer o inferno e aceder à salvação, que só a eventual vida eterna e a paz dos santos nos pode trazer. Mas, porque não somos anjos, mas homens, que caem e se levantam, que pecam e se arrependem, também não somos bestas. O mundo é imperfeito, mas podemos aperfeiçoá-lo, criando instrumentos para um mundo menos mau, ao contrário do que proclamam os

hobbesianos, desesperados com o *homem-lobo-do-homem*, sempre em luta com os adeptos da utopia, à procura do *bom selvagem*. Apesar de não ser adepto do pacifismo da *paz dos cemitérios*, julgo que *todas as guerras são inconscientes nos seus mortos*. Em todas as guerras do bem contra o mal, mesmo quando o bem triunfou, sempre perdemos muitos pedaços de bem. Em todas as guerras, os guerreiros sempre contabilizaram, de forma utilitarista, que os actos de violência são menos violentos do que os estados de violência que se combatem. Tenho medo que o mundo entre em regime de loucura sem regresso, caso se opte pelo aventureirismo da Lei de Talião e o instinto de “cowboy” esmague o sentido do “rule of law”. Porque se os norte-americanos seguirem a puritana sede de vingança, sofrerão a frustração de não poderem cumprir os respectivos objectivos. Seria trágico cairmos na tentação do conflito de civilizações, de cruzadas contra guerras santas, onde cristãos e muçulmanos, se deixem enredar no fanatismo cego de todos os *talibãs* e inquisidores que temos dentro de nós, mesmo quando satirizamos os diáconos remédios. O terrorismo é uma das raízes permanentes das sociedades contemporâneas. Todos os agentes da Razão de Estado, que com ele, agora, se alarmam, já, outrora, o instrumentalizaram. Todas as ideologias justificaram guerrilheiros do bem contra o mal e elaboraram teorias de guerras justas, quando não de guerras santas. Só abandonamos as teses de Hobbes quando tememos que a violência destrua as flores do nosso quintal. Porque tem razão quem vence e nem sempre vence quem tem razão. Porque a terra de ninguém que separa o amigo do inimigo acaba sempre por ser uma espécie de *jogo de soma zero*, onde se anulam as virtudes os defeitos de ambas as partes. Há palavras que matam. Há silêncios que são cúmplices do terror. Há ideias com boas intenções que, quando mal interpretadas, nos podem conduzir ao inferno do terror. Já fizemos de milhares de mortes um registo de frieza estatística que guardamos nas páginas coloridas de uma revista. Já todos contribuímos para esse grande pecado que é a banalidade do mal. Mas não nos esqueçamos que, desta, só sairemos se combatermos o crime, não pela guerra, mas por essa *anti-*

razão ao serviço da razão, a que damos o nome de direito. Prefiro Kant a Rambo. O primeiro é real, o segundo, uma figura da ficção.

● **Ataque ao Afeganistão** promovido pela coligação internacional antiterrorista, liderada pelos Estados Unidos da América. Contudo, os nossos fazedores de opinião continuam a misturar o analítico hiper-informativo do pró-americanismo propagandístico com a ideologia neomarxista do sistema-mundo, de Immanuel Wallerstein, deixando, na terceira via, o desencanto neomaquiavélico de antigos esquerdistas, agora adeptos de um ultra-realismo político.

● **Eleições autárquicas**, com vitória do PSD (16 de Dezembro) que passa a comandar 159 câmaras municipais (41%). PS com 113 (37,1%). CDU com 28 (10,6%) e PP com 3 (4%). Pedro Santana Lopes vence em Lisboa contra a candidatura de João Soares. PSD triunfa também no Porto (Rui Rio), Sintra (Fernando Seara), Cascais (António Capucho), Faro (José Vitorino) e Portalegre. PS conquista câmaras aos comunistas em Évora, Loures e Barreiro. Comunistas reconquistam Setúbal ao PS.

● **António Guterres** ²⁷ **demite-se** de líder do PS e de chefe do governo (17 de Dezembro). Chega ao fim o primeiro ano do novo século e, como é usual nas lides jornalísticas, há a tentação de fazer-se um balanço político sobre o que se passou entre a reeleição do Presidente Sampaio e o pedido de demissão de António Guterres, na sequência dos resultados eleitorais de 16 de Dezembro. Tarefa complexa, para quem, depois do facto consumado, tende, naturalmente, a confundir a árvore com a floresta e depressa qualificará o período como o canto do cisne do guterrismo. Diremos, em primeiro lugar, que só o Primeiro-Ministro pode saber das razões que o levaram a desistir das ciclópicas tarefas de pilotar o futuro dos portugueses, numa atitude paralela à que levou a outros inesperados abandonos, como os de Mota Pinto ou de Cavaco Silva. Porque um chefe de governo que acumula a liderança do principal partido parlamentar é, sem dúvida, a pessoa melhor informada do país e como, inequivocamente, tem boa formação patriótica, competência técnica e geniais dotes de inteligência e de afecto, aliados a unsuspeita honradez, apenas os que atingem

esse nível podem chegar a tão soberanas decisões, ornadas com os segredos do Estado e das eventuais camorras intestinas que nos corroem. Aliás, Guterres soube a reverter a favor de Portugal, e não da sua carreira pessoal, o bom papel desempenhado na presidência da União Europeia, quando atingiu o ponto alto do seu estado de graça. E tudo ainda parecia correr num mundo de maravilhas, quando o nosso engenheiro tratava por tu os Schroeder, Blair e Jospin, e toda a Europa parecia rendida aos encantos da terceira via do socialismo democrático pós-comunista, enfeitado pelo estilo da dupla Clinton/Gore. Sucedeu, entretanto, uma reviravolta psicológica, com a eleição de Bush e o regresso de Berlusconi, ao mesmo tempo que dava frutos o modelo de Aznar, gerando-se novas brisas de uma história que não consagrava Mário Soares nem Moura Santos como inspiradores da nova ordem mundial, principalmente depois do 11 de Setembro. Acresce que, finda a presidência da União Europeia, António Guterres teve que voltar a sujar as mãos nas politiquerias lusitanas, numa altura em que não tinham sido saradas as feridas do acidente da ponte de Entre-os-Rios, que levaram ao afastamento de Jorge Coelho do governo. Aliás, esta tragédia marca um ponto de viragem na relação de confiança entre governantes e governados, dado que a voz íntima do povo deixa de ser captada tanto pelos meios de comunicação social como pelos ministros e secretários de Estado. Aquilo que poderia ser um 2001, com *nova odisseia no espaço do estado de graça* do guterrismo, acabou por ser mero *canto do cisne*, porque, um quarto de hora antes de morrer, o equilíbrio já estava morto. Tinha apodrecido por dentro, sem que Alberto Martins nos reformasse o Estado, antes que Sócrates nos co-incinerasse ou que a dinâmica Elisa Ferreira nos desse os últimos fundos estruturais. Nem Santos Silva nos culturizava à esquerda, nem Rui Pena alçaria o periscópio. Até porque um qualquer Veiga Simão continuava a educacionarizarnos e Guterres, pese embora os geométricos artigos de opinião de Guilherme d'Oliveira Martins, não conseguia reflorescer.

●Um dos primeiros candidatos à sucessão de António Guterres é o ministro dos

estrangeiros Jaime Gama, mas este, depois do anúncio formal, logo anuncia a respectiva retirada, por motivos pessoais. Muitos recordam então que no ano de 2000, um porta-voz do governo de Angola acusou Mário Soares de graves actos relacionados com o tráfico de diamantes e de marfim e que Gama veio a terreiro declarar que tal acusação não passava de um *fait-divers*.

●**Fundação Mário Soares** – Entra em pujança a Fundação Mário Soares, onde o antigo presidente, à maneira dos seus congéneres norte-americanos, assume a liderança de uma instituição onde se consagra em vida, principalmente quanto à interpretação da história contemporânea. A entidade é amplamente subsidiada com dinheiros públicos, com subsídios do Ministério do Ambiente, para uma sede instalada diante do Palácio de São Bento, e do Ministério da Cultura, para a digitalização dos arquivos. Um dos principais colaboradores do ex-presidente é o historiador do Bloco de Esquerda, Professor Fernando Rosas, familiar do ex-ministro do Estado Novo Dias Rosas e fundador do MRPP, conforme se pode registar no respectivo *Dicionário do Estado Novo*, editado pela Bertrand em 1996, onde abunda a colaboração de Mário Soares. Neste dicionário, o nível de isenção revela-se no artigo biográfico do mesmo político, da autoria de outro dos coordenadores da obra, J. M. Brandão de Brito, militante socialista e que há-de chegar a administrador da RTP, onde se começa por qualificar o mesmo como *advogado e estadista, cidadão português do mundo*, terminando-se da seguinte forma: *foi o actor principal da construção da democracia, fica na história portuguesa desta segunda metade do século XX como alguém cuja actuação foi decisiva para recolocar o país nos caminhos de uma sociedade aberta e plural, conscientemente integrada no projecto europeu*. Curiosa é também a interpretação feita a outras personalidades, incluindo os membros do Estado Novo que se aproximaram de Soares, os quais até mudam de naturalidade, se doutoram em sítios impossíveis ou passam a colaborar com a democracia quando comandavam indirectamente a PIDE.

•Morte de Costa Gomes. Chega ao fim a é Costa Gomes esse misterioso militar que, muito tecnocraticamente, serviu o salazarismo, o marcelismo e o abrilismo, do pluralista ao vanguardista. Depois de se destacar como amigo dos americanos e da NATO, durante o golpe de Botelho Moniz, de 1961, acaba o respectivo activismo político como aliado dos soviéticos e simpatizante dos comunistas. Se foi suspeito de servir objectivamente a CIA, também não deixou de ser acusado de coincidir com o KGB. Mas talvez seja mais simples reconhecer que sempre foi fiel à respectiva interpretação dos interesses nacionais portugueses e deixar que futuros historiadores, depois de consultarem os arquivos de Washington e de Moscovo, descubram o *fiio da meada*. Basta recordar que, nos começos do Outono de 1988, em pleno estado de graça do cavaquismo, o mesmo Marechal Costa Gomes concede ao semanário *Expresso* uma curiosa entrevista, onde confessa que sempre preferiu *uma evolução natural da ditadura para um novo sistema em que se pudesse abordar noutros termos a política ultramarina*. Acrescenta também que o plano operacional do golpe do 25 de Abril de 1974 foi mal feito: *por acaso tudo correu bem e as coisas passam-se de uma maneira muito cómica*. Porque se a PIDE *tivesse actuado bem, hoje não tínhamos o 25 de Abril*. Isto é, para o falecido marechal, o 25 de Abril não passou de um acaso cómico, isto é, de uma tragicomédia que quase nos transformou numa espécie de *manicómio em autogestão*, conforme uma expressão coeva de Almeida Santos. Por outras palavras, reconhece que o 25 de Abril de 1974 se inseriu na linha de outros acasos cómicos, como os de 5 de Outubro de 1910 e de 28 de Maio de 1926, onde emergem sempre os Machado Santos, os Gomes da Costa e os Otelo Saraiva de Carvalho. Só que estes acasos modificam profundamente a história política portuguesa e confirmam a nossa ancestral tendência para o improviso. Mas, num povo dado a estes acasos do destino, podem acontecer processos racionalizados de conquista do poder, marcados pelo maquiavélico pragmatismo. Talvez por isso, os cravos vermelhos do mito de Abril elevaram à categoria de vértice da revolução e da pós-revolução, tanto em 28 de Setembro de 1974 como em 25 de Novembro de 1975, um dos principais generais do *ancien régime*, cuja gélida racionalidade, típica de um matemático, sempre o configuraram como uma espécie de *anti-herói*, de um Sancho Pança, seguidor do *more geométrico*, analítico-dedutivo, que, depois de acompanhar na sombra vários Quixotes, acabou por ser o administrador das desilusões que os mesmos geraram. Costa Gomes apenas foi uma das faces da dupla personalidade portuguesa. Pelo aspecto e pelo discurso, não tinha imagem para o espectáculo político, sendo o exacto contrário de António de Spínola, um dos últimos heróis românticos da nossa história. Costa Gomes é mais uma consequência do que uma causa. Nos primeiros dias de Abril, saúda a revolução liberalizante. Não tarda que seja um dos sustentáculos das tentativas comunistas de controlo do processo. Mas quando as relações das *forças vivas* apontaram no sentido do pluralismo e da democracia representativa, com o 25 de Novembro de 1975, também foi capaz de navegar nesse sentido, sendo um dos que garantiu a aprovação da Constituição e a realização de eleições livres. Sem nunca ousar pegar o touro de caras e preferindo sempre a cernelha, apenas abriu a faina ao cerimonial da pós-revolução, com toda essa estirpe de Sancho Pança que tanto não luta contra *moinhos de vento* como, perante o desafio do Adamastor, não quer *morrer tentando*, preferindo regressar à praia da partida. Sem Tormentas, nem Boa Esperança.

